

# FICCIONALIZAÇÃO DA VIDA E DESINFORMAÇÃO: ENSAIO SOBRE NARRATIVAS EM DISPUTA A PARTIR DE UMA CARTOGRAFIA DE CONTROVÉRSIAS<sup>1</sup>

PATRÍCIA AZAMBUJA<sup>2</sup>  
RAMON BEZERRA COSTA<sup>3</sup>

## RESUMO

O objetivo deste ensaio é refletir sobre as dinâmicas de funcionamento da desinformação nas redes sociais da internet como desencadeante de euforias, medos, distopias e emoções capazes de desestruturar relações sociais e decisões políticas importantes para o bem comum. Partindo de um trabalho de campo multissituado no qual foi aplicado um questionário que obteve mais de 400 respostas, e com inspiração na cartografia, são eleitas três controvérsias para observar os principais vínculos constituintes das redes, considerados aqui como força motriz do ciclo de desinformação. O estudo aponta para dinâmicas não exclusivamente racionais (ou coerentes) na manutenção dos fluxos informacionais.

**Palavras-chave:** Desinformação. Ficcionalização. Teoria das emoções. Narrativa.

## Introdução

Imperativos tecnológicos atuais nos conduzem a um debate também alinhado à ideia de distopia na vida cotidiana. Realidades complexas, jornalismo, propaganda, ficcionalidade, desinformação e toda sorte de troca informacional são confrontadas em disputas pela presunção de verdades absolutas - o que nem sempre envolve o entendimento das funções específicas dessas diferentes estratégias de discurso.

Este ensaio é o resultado de pesquisa exploratória com o intuito de depreender um esforço teórico-metodológico capaz de construir hipóteses para representar um momento em que as pessoas passam a integrar as dinâmicas de compartilhamento de informações e produzir controvérsias sobre a pandemia ocasionada pelo novo coronavírus. A banalização de dados concretos sobre a Covid-19 ou a ficcionalização da vida através de soluções descomplicadas urge por reflexões acerca dos processos contemporâneos de comunicação, e talvez da própria condição humana.

1 Uma versão preliminar deste ensaio foi apresentada e publicada nos anais do Encontro Virtual da ABCiber 2020.

2 Professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Psicologia Social pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora vinculada ao Observatório de Experiências Expandidas em Comunicação - ObEEC (UFMA/CNPq) e coordenadora do projeto de pesquisa *Mise-en-scène plástico: culturalmente construído ou pela imaginação subvertido?* (financiado pela FAPEMA). E-mail: patricia.azambuja@ufma.br.

3 Professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa do Pós-Graduação em Comunicação (Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre e Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM/UERJ). E-mail: ramon.bezerra@ufma.br.

Com inspiração na cartografia de controvérsias, o estudo partiu de estímulos observados em redes sociais da internet, de respostas a um questionário e de pesquisa bibliográfica, ajustados ao “kit de ferramentas do cartógrafo social” (VENTURINI, 2010, p.1). A partir dessas estratégias são alinhavadas correlações entre os dados múltiplos compartilhados nos primeiros meses da pandemia (entre abril e julho) e o olhar de uma filosofia do comportamento humano.

Latour (1997, p. 286) levanta a familiaridade que os biólogos já possuem com o “fato de que a vida seja uma configuração ordenada que emerge da desordem pelo surgimento de mutações aleatórias”. Se esse é o pano de fundo para as representações biológicas, talvez nossa organização social tenha muito o que aprender com a (des)ordem já instituída no “mundo natural”. Como analogia a esse período epidêmico do século XXI, os “membros do laboratório utilizam termos como acaso, mutação, nicho, desordem e *bricolage* [...] para explicar a própria vida” (*ibidem*, p. 287). Ao que parece, nossas questões sociais atingem dilemas semelhantes aos da ciência biomolecular.

As fórmulas que vínhamos utilizando para nos comunicar e interagir não parecem mais razoáveis, dentro de uma contingência social em mutação que se evidencia. Colocamo-nos a observar o que parece desordenado e por isso nos dispomos também a questionar sobre ferramentas metodológicas compatíveis, talvez porque, apesar do trabalho científico ter como meta dar ordem à desordem, “a realidade é a consequência, e não a causa dessa construção” (LATOURE, 1997, p. 267). De acordo com Latour (2000), acompanhar a complexidade do campo requer compatibilizar as duas vozes dissonantes que falam ao mesmo tempo: organizar através de critérios reconhecíveis e estar aberto a procedimentos pouco convencionais. Assim, o método que gerou este ensaio seguiu as controvérsias e suas conexões: “chegamos antes que fatos e máquinas se tenham transformado em caixas-pretas, ou acompanhamos as controvérsias que a reabrem” (LATOURE, 2000, p. 421). Neste caso, controvérsias não faltam, tanto impulsionadas pela imprensa quanto através de pessoas em suas redes sociais da internet, o que já demonstra uma primeira tensão: grupos de leigos conclamam certezas e passam a questionar pesquisadores, médicos e toda cobertura jornalística.

Importante destacar que não há qualquer juízo de valor sobre opiniões pessoais, mas o interesse em refletir sobre decisões que afetam a coletividade. Portanto, o objeto que gerou as reflexões aqui apresentadas é o compartilhamento de informações sobre a pandemia por Covid-19 através de redes sociais da internet. Comentários, vídeos, imagens, áudios, *links* para matérias jornalísticas, um universo complexo de operações caóticas que pode trazer tanto alívio através de informações esclarecedoras, quanto desconfiança, raiva, pânico, enfim, desinformação generalizada. Não se trata de um estudo de recepção, análise de conteúdo ou discurso, mas de compreender, através da observação das conexões deixadas pelos rastros dos compartilhamentos, algumas condições de existência das proposições que emergem.

A observação tem início no momento em que dadas postagens sobre a pandemia passam a ser replicadas em diferentes redes ao ponto de adquirirem repercussão em debates nacionais (ou vice-versa). O acompanhamento dos rastros dessas postagens foi inspirado na etnografia adaptada à internet, conforme proposto por Hine (2004). Para somar a esses dados foi utilizado um questionário online. Como nas redes sociais da internet algumas delimitações não se sustentam devido ao fluxo permanente e inconstante, para delimitar o *corpus* adotamos a noção de trabalho de campo multissituado proposta por Marcus (2009), por meio do qual investe-se em

uma delimitação não a partir de um espaço específico, com características particulares, mas considerando relações entre as pessoas, artefatos, lugares, conexões e complexidades.

O questionário *online* ficou disponível entre os dias 09 de abril e 23 de maio de 2020 e circulou a partir da rede pessoal, tendo obtido 450 respondentes que opinaram sobre a pandemia do novo coronavírus e a circulação de informações. Desse universo, a maioria (98,9%) acredita que notícias falsas circulam, 56,8% encontram-se na faixa etária entre 30 e 59 anos, e 72,9% têm curso superior ou pós-graduação. 62,3% escolheram os telejornais em televisão aberta para obter informações sobre a pandemia, 62,9% utilizam portais de notícias *online*, acessados principalmente através de redes sociais, enquanto cerca de 20,8% utilizam redes de amigos e mensagens do WhatsApp como fonte. Cabe destacar um dado: 35% não gostariam de ter mais informações sobre o coronavírus.

Nesse cenário, as ponderações pessoais chamam a atenção. Enquanto alguns afirmam "sinto-me desinformado" ou "não confio em nenhuma informação", outros, "não me sinto confortável sendo bombardeada sobre o Covid" (INFORMANTES 1, 2, 3). O ato de informar-se parece contagiado por diferentes sentimentos. Prevenção, proteção e segurança dividem espaço, dentro de um mesmo recorte temporal, com saturação, cansaço, medo, pânico e ansiedade. Considerando a dispersão como ponto de partida, o elemento convergente é a controvérsia que passa a ser uma chave de leitura para o evento em curso.

De acordo com Latour (2005), seguir controvérsias equivale a ampliar a quantidade de participantes em qualquer rede de relações, estabilizando uma rede para análise e assumindo o caminho da percepção de tensões e complexidades. Para Venturini (2010), cartografar controvérsias requer observar instabilidades e descrever questões que surgem daí. A ordem pode ser estabelecida a partir da observação dos efeitos gerados pelo caos, dado *a priori*, isto é, em vez de concentrar-se nas áreas de consenso, os autores voltam-se para o estudo do dissenso: lugar de disputas, laços sociais dissolvidos, ou mesmo onde as mudanças ocorrem tão rapidamente que as pessoas e instituições mal conseguem reconhecê-las. Controvérsias são fenômenos residuais que estão para além do anunciado.

Notamos um conjunto de paradoxos entre saber e ignorar, verdade e mentira ou contradições tão inversamente alinhadas que pareciam indicar a ansiedade e a desinformação como efeitos alavancados pelas mensagens incompletas, pelo combustível passional das orientações político-partidárias ou mesmo pela ideia particular de liberdade individual. Organizamos este ensaio a partir dessas controvérsias. Um total de três que nos permitiu apresentar o resultado da cartografia das narrativas em torno da desinformação.

## Controvérsia 1 - Pandemia, pós-verdade e clamor por liberdades individuais

A primeira controvérsia surge de algumas imagens compartilhadas: uma notícia da *Época online* (SERRA, 2020) e um vídeo amador (LOPES, 2020) são utilizados como primeiro exemplo. Apesar de a primeira imagem apresentar um fato verdadeiro e a segunda uma associação falsa, os dois compartilhamentos intentam contestar as medidas de segurança que estavam sendo

implementadas por alguns governos, sob a alegação de desrespeito à liberdade individual. Na primeira, ao associar a imagem ao mercado de escravos, e na segunda, ao apresentar a violência policial cega em cumprimento às regras de distanciamento físico nos espaços públicos.

Enquanto a notícia tem relação direta com o fato, o compartilhamento a tira de contexto para emitir opinião estritamente pessoal: aquelas pessoas, *a priori*, não estavam sendo alijadas do seu direito de ir e vir porque um mercador as estava escravizando, mas por descumprirmos medidas de segurança. E se correntes são justificáveis, para alguns, como punição para furto, por exemplo, devem valer quanto ao descumprimento de decretos temporários relacionados ao controle de crise sanitária global. Importante destacar que as situações estão sendo colocadas em xeque por estarem ligadas ao uso dos espaços coletivos, e ao enfrentamento do avanço do novo coronavírus. Assim, a reflexão que fica é que, ao utilizarmos estratégias descontextualizadas para discutir questões legítimas, podemos desacreditar aspectos concretos, caindo no vazio das argumentações pouco produtivas.

Tanto no primeiro quanto no segundo caso, a indignação contundente não parecia ligada ao fato em si, pois não havia denúncia à exploração de mão-de-obra escrava ou discussão sobre aplicação de força policial desproporcional ao delito, mas discordância em relação às medidas utilizadas por determinados governos. Todas são pautas inquestionáveis, mas sua contextualização precisa ser tangível. A combinação de reivindicações a um dado falso ou impreciso enfraquece seu poder de ação benéfica, ou seja, em situação de crise sanitária não parece querer produzir nada, apenas mais ruído.

Considerando-se o universo de pessoas sobre o qual nos referimos, em sua maioria com idade, escolaridade e discernimento suficientes, fica demonstrado quão complexa podem ser as noções de liberdade individual e convivência coletiva. São muitos os comentários no formulário de pesquisa que recriminam a mídia convencional por propagar o caos: "Muita notícia falsa e alarmista. O certo seria enfatizar as curas" ou "Na TV já tem informações demais, o que está adoecendo o psicológico de muitas pessoas" (INFORMANTES 7, 8). Sendo estas opiniões também legítimas, o que devemos fazer para minimizar a situação de caos pandêmico? Harari (2018, p. 14) coloca a mesma pergunta sob outra ótica: "Como poderei achar um terreno ético firme num mundo que se estende muito além de meus horizontes, que gira completamente fora do controle humano, e que suspeita de todos os deuses e ideologia?"

Para o autor, a crença liberal vinculada às escolhas livres dos indivíduos não é natural quando historicamente delegamos grande parte de nossas decisões a outrem: autoridade divina, autoridade do Estado e, em curso, autoridade dos algoritmos de Big Data; logo, estamos constantemente abrindo mão da própria ideia de liberdade individual. "Enquanto a Inquisição espanhola e a KGB dão lugar ao Google e à Baidu, o 'livre-arbítrio' provavelmente será desmascarado como um mito, e o liberalismo pode perder suas vantagens práticas" (ibidem, p.74). Assim, a ideia de liberdade perde seu sentido concreto de realização coletiva e assume comportamento pouco ético.

O fato é que crises financeiras, ataques terroristas e corrupção persistente geraram desilusões profundas nas maneiras como as pessoas compreendem o mundo. Assim, a disrupção tecnológica, neste caso provocada pela abundância de informação e seu uso indiscriminado, passa a acelerar percepções e reações, gerando desorientação. Durker (2017, p.13) coloca o conceito de pós-verdade como cerne do debate, como uma reação negativa à pós-modernidade:

“O traço maior da subjetividade em tempos de pós-modernidade será exatamente esta aptidão para a inversão sem transformação.” Em síntese: muita subjetividade, para poucos sujeitos.

Algumas controvérsias levantadas por questionamentos feitos em redes sociais ponderam, a todo tempo, as escolhas individuais, deixando clara uma “verdade que é moralmente potente, mas que não produz transformações éticas relevantes” (DURKER, 2017, p.18). Isto porque a conduta ética só pode ser aferida quando há vínculo de si com o outro, o que é indissociável da noção de liberdade. Para Foucault (2010, p. 267), “a liberdade é a condição ontológica da ética. Mas a ética é a forma refletida assumida pela liberdade”. Nessa perspectiva, a ética pode ser entendida como um processo por meio do qual nos constituímos como sujeito, mas não se trata de qualquer processo, pois o exercício da liberdade, por meio do qual a ética irá se manifestar, pressupõe o “conhecimento de si” e o “cuidado de si”, que também é o cuidado com os outros, uma vez que o *ser* só existe em relação (FOUCAULT, 2010, p. 267). Foucault (1979, 244-246) também estabelece bases para a cartografia, pelo viés da arqueologia do dispositivo, a partir da qual busca compreender o dito e o não dito como componentes da rede de estratégias e jogos de poder, isto é, sem nenhuma relação direta com o observado clamor pelas liberdades individuais.

## Controvérsia 2 - Desilusões, narrativas em disputa ou indiferença coletiva?

Não são raros os depoimentos que colocam a desconfiança como sentimento presente em relação às notícias sobre a pandemia. No formulário *on-line*, tendenciosas, exageradas, mentirosas, insuficientes, pouco confiáveis compunham cerca de 27% das opiniões sobre a veiculação das notícias, enquanto 55,6% consideravam a divulgação satisfatória, 12,7 muito confiável, e menos de 4,7% apresentavam critérios para selecionar as informações que seriam consumidas. Para Harari (2018), a tensão produzida pela perda de confiança nas instituições, nascida da desilusão com as narrativas tanto socialistas quanto liberais, a disparidade das políticas universais de bem-estar social e o ritmo acelerado da disrupção tecnológica estimulam um jogo complexo entre verdade, mentira e fantasia.

Até aquele momento, meados de 2020, havia poucas certezas, muitas informações desconstruídas, alguns fatos comprovados por instituições de saúde e, incontestavelmente, experiências compartilhadas por outros países acometidos pelos vírus. O que era fato: alto grau de contágio, ausência de vacina ou estrutura hospitalar adequada ao poder do surto epidêmico. Ainda assim, compreendendo o distanciamento físico como única forma paliativa de combate, observou-se que confrontos de opiniões em torno de decisões aparentemente simples preenchem os já sobrecarregados espaços de compartilhamento de informações. Depoimentos sinalizavam o desejo por “algum canal [que pudesse] filtrar o que realmente [fosse] verdadeiro” (INFORMANTE 9), quando a ideia de verdade irrestrita, sobretudo naquele momento de pandemia, parecia improvável.

Disfunções como estas exigem ponderações, a despeito de conseguirmos ajustar questões coletivas ou angústias individuais em crescimento progressivo. “Estou cansada. Quero que tudo acabe” (INFORMANTE 10). Apenas esta frase - como tantas outras a indicar perturbação

mental ou incapacidade de lidar com o nível de estresse existente - bastaria para entender a complexidade daquele momento vivido.

Em busca de respostas e inspirados em Foucault (2010), compreendemos a verdade como um "jogo" no qual os sentidos são produzidos. Não se trata de algo definitivo, mas do que se constrói nas relações, que incluem tanto os valores e crenças de cada um quanto as condições materiais de produção e circulação dos fatos. A verdade, nessa perspectiva, sempre esteve atravessada por processos menos racionais e mais afetivos. O afeto, para Massumi (1995), é inqualificável e marcado pela intensidade do momento; por isso é difícil de ser compreendido de uma maneira já conhecida. Cada um, com sua história pessoal e processos de afetação distintos, ainda que esteja diante das mesmas informações ou vivendo em circunstâncias similares, pode gerar compreensões distintas. Se gerará desencantos ou ações amorosas, sempre dependerá de como cada um administra suas questões pessoais em relação ao coletivo social.

Tantas controvérsias nos acautelam a perceber ingredientes que envolvem os processos comunicacionais contemporâneos. Costa (2002) destaca este paradoxo: uma sociedade que se caracteriza por uma atitude crítica em relação à mediação discursiva, mas que de forma surpreendente passa a ser influenciada por estruturas de ficção e fantasia. De certo que a base ficcional envolve a criação humana, e o apelo à imaginação ou ao deslocamento da realidade objetiva para realidades subjetiva e afetiva é possível pela ambiguidade que o próprio ato narrativo proporciona. A ficção encontra-se na gênese desse ato, dentro do qual há "reminiscências de um passado pré-histórico, coletor e tribal, que teria permanecido indelével no imaginário das culturas" (*ibidem*, p.25). Há portanto uma fusão entre ficção e realidade que permeia nossas relações com o mundo, exigindo intervenções inteligíveis e abrindo mão disso em prol de imperativos de uma experiência intersubjetiva, algumas vezes próximas do devaneio e do sonho.

Apesar da ficção propor um ato narrativo compartilhado para garantir o trânsito de significados, por vezes, aprisiona-se na subjetividade apartada do diálogo e da interlocução. Ora nos sentimos presas fáceis desses discursos quando flexibilizamos normas, por isso nos distanciamos ou rejeitamos-os de forma categórica; ora nos guardamos sob o seu "véu redentor", como forma de proteção criativa.

São inumeráveis as narrativas do mundo, de acordo com Barthes (2011, p.19); histórias e eventos narrados que assumem diferentes formas, gêneros, meios, tanto orais quanto escritos, manifestos sob forma de imagem fixa ou móvel, mas que estão presentes "em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades; a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há em parte alguma povo algum sem narrativa". Ao utilizar como referência declarações que dão conta de uma "guerra de narrativas" existente entre políticos, órgãos de saúde, indivíduos comuns, parte-se dessa definição básica de narrativa, para assim compreender os vínculos entre factual e ficcional. Em qualquer tipo de narrativa há um composto sequencial de acontecimentos relacionados, mas também camadas de significados autônomas que podem ser isoladas dos fatos em si, e que muitas vezes são significantes no sentido em que legitimam apreensão aceita como "verdadeira", isto é, podem ser flutuantes, mas tem uma função legitimadora.

O fato é que a orientação necessária para inferência dos diferentes sentidos passa pela coerência narrativa (fantasiosa ou não) e é possibilitada pela noção de verossimilhança. Passamos a reconhecer e a interpretar naturalizando o seu caráter convencional, ou seja, as estru-

ras implícitas da narrativa ficcional ao relacionar acontecimentos e nos envolver com a cadeia de eventos apresentados. Para Chatman (1980), a noção de naturalização está muito próxima à de verossimilhança: apelo antigo ao provável e não ao real. O leitor preenche as lacunas do texto para assim ajustar eventos existentes a um todo coerente para ele, mesmo quando as expectativas de vida histórico-culturais são questionadas. Será que, como afirma Harari (2018, p.21), os “humanos pensam em forma de narrativas e não de fatos, números ou equações, e, quanto mais simples a narrativa, melhor”? Essa afirmação faz sentido quando colocamos em perspectiva a questão: sobre qual coerência narrativa estariam fundamentadas algumas das controvérsias levantadas?

Sobre a cobertura da imprensa e a busca por uma suposta “verdade”, fica patente a necessidade de aprofundamento individual no sentido de contextualizar os fatos a que temos acesso, ou mesmo, perceber nossas próprias intenções ao definir o valor da informação recebida. O que parece incoerente é simplesmente negar dados divulgados utilizando como parâmetros crenças e expectativas pessoais exclusivamente, ou repassá-los sem verificação, movidos por nossos instintos passionais ou apelando ao provável e não ao concreto.

Considerando a expectativa por “verdade dos fatos”, extraída dos comentários analisados, depreender energia alimentando redes de (des)informação - com debates sobre “ter sido o vírus criado em laboratório pelo Governo Chinês”, a “OMS receber dinheiro para resguardar a ditadura chinesa” ou “partido político do vírus” - aparece como ação tão deletéria quanto a própria pandemia, alimentada por uma guerra de versões em torno das responsabilidades e não das soluções urgentes naquele momento.

No questionário, em páginas pessoais do Facebook ou grupos de WhatsApp, observamos comentários similares recorrentes: “Estamos sendo bombardeados 24h por corona político” (INFORMANTE 12). Há portanto indícios da desilusão com as narrativas que prometem muito e pouco cumprem, em razão de que o que significa “politizar” a discussão sobre o vírus, senão o debate e o gerenciamento em torno de ações coletivas? Sendo assim, deliberações políticas são formas como a sociedade se organiza em prol de um bem comum.

Longe de sugerir respostas definitivas, recordamos que para ler de maneira verossímil, ou crível, é fundamental a construção de referências e, novamente citando Chatman (1980), a contextualização promovida por cada leitor diz respeito não ao acidentalmente real, mas ao essencialmente ideal. Mesmo para quem considera a técnica jornalística como a possibilidade de transcrição intocável de acontecimentos; vale lembrar que muitos dos conteúdos que circulam nas redes sociais da internet desinformam, fatalmente, porque não são notícias de fato, operam em outra ordem e com outros objetivos, que não os de informar. Assim, mesmo que ações improváveis possam ser permitidas na operação da estrutura narrativa clássica, sempre são motivadas por algo, que funciona como força propulsora na construção de empatia entre leitor e discurso. Se estes são ingredientes fundamentais para a compreensão dos processos comunicacionais contemporâneos, o que passa a ser plausível ao ponto de suplantar a própria realidade dos fatos, ou mesmo, a coerência estrutural da narrativa?

## Controvérsia 3 - Cloroquina entre razão e emoção

Arrematando o quadro de controvérsias, refletimos sobre o debate em torno da hidroxicloroquina. O medicamento não tinha garantia de cura comprovada para Covid-19; mesmo assim, chegou a integrar o protocolo de tratamento dos hospitais públicos em casos graves. Por meio do compartilhamento de áudios gravados, mensagens pessoais de textos, *links* com possíveis matérias, alguns governos eram sentenciados com agressões verbais por não liberarem oficialmente o uso da hidroxicloroquina para tratamento em casos leves - mesmo havendo a compreensão que este poderia ser critério particular de cada médico, e não necessariamente uma decisão governamental. Sendo esta uma questão mais individual e menos de saúde pública, isto porque não havia consenso em relação aos efeitos da medicação. O que pareceu alarmante foi o volume que o debate ocupava nas pautas, tanto das redes particulares quanto da imprensa global. Preocupava também as referências utilizadas por alguns médicos para balizar a sua opinião: observação não sistematizada de casos em alguns hospitais particulares e/ou acolhimento de dados de pesquisas desenvolvidas em outros países; alguns inclusive com altos índices de contaminação.

Debater é sempre salutar; entretanto, o debate em torno de falsas questões pareceu, naquele momento, desgastante e inoportuno, visto o consenso para a grande maioria dos entrevistados sobre o excessivo volume de informações, a ansiedade decorrente e a ânsia por boas notícias. Na prática, o espaço que há entre o que de fato é “real” e o que “poderia ser” passa a ser a grande questão; nossas expectativas o preenchem com muitas narrativas, ao que parece mais pautadas na imaginação que na “realidade”. Passamos a compreender, portanto, que o excesso surge dentro de nós mesmos, assim como a falta. Opiniões como “Eu não cheguei a nenhuma conclusão. Até hoje não entendo como se deu esse problema” (INFORMANTE 14) eram comuns.

Algumas motivações pareciam saudáveis: “Levar uma boa notícia. Já que atualmente somos bombardeados com o fim do mundo” (INFORMANTE 6). Contudo, quando questionamos nossas próprias decisões, podemos compreender que temas complexos não são esclarecidos a contento pelo uso do senso comum ou referências morais, partidárias, religiosas ou particulares. Para Safatle (2018, p.132), a “boa questão talvez seja: o que significa decidir nesse terreno onde as significações se tornam obscuras”. Uma fala do médico e então Ministro da Saúde, Nelson Teich, o mais desacreditado, talvez porque tenha passado apenas 29 dias no cargo, demonstrou o quanto o conceito de verdade é a todo momento atravessado pelas referências que utilizamos para concebê-lo. Há, portanto, contextualizações importantes e, para o referido Ministro, o investimento com uma droga sem comprovação de seus efeitos benéficos poderia escassear recursos para decisões administrativas, efetivamente, mais eficazes.

Apesar de demandarmos a verdade sobre os fatos, nem sempre nossos compartilhamentos são abalizados por ela, ou mesmo pela racionalidade. Harari (2018, p.272) destaca a tensão perigosa entre razão, emoção e a “ilusão do conhecimento, [pois] humanos raramente pensam por si mesmos”. Se narrativas simples confortam, é temerário minimizar questões complexas. Moldar nossas relações pela contradição das argumentações descontextualizadas, pelo excesso de desconfiança e desilusão, ou mesmo pela confiança irrefletida, pode nos levar por caminhos difíceis de trilhar, pois nossas crenças estão a moldar constantemente nossas relações com os outros e nossa inscrição no mundo.

Espinosa (2012) já indicava, no século XVII, que neutralizar paixões não significa dissociar razão e emoção, mas compreender esta relação, que é intrínseca no processo de comunicação, e como as paixões tristes podem alavancar instintos destrutivos, quando estimulados pela frustração, aversão e raiva. Observar e desapegar das crenças, como possibilidade de acesso aos fatos possíveis (e não idealizados), passa pela aceitação de que não há meias verdades, mas uma diversidade imensa que precisa ser enfrentada. A mera compreensão desses atravessamentos entre razão e emoção pode auxiliar nas tomadas de consciência e responsabilidade com o outro. A problemática sobre liberdade, política, narrativa e afetos só existe na relação com o outro: “se fizermos sem paixões o que temos que fazer, daí não pode resultar nenhum mal” (ESPINOSA, 2012, p.104).

De fato, parece improvável dar conta de compreender a dimensão afetiva que atravessa, não apenas questões íntimas e pessoais, mas o acordo coletivo entre os sujeitos. Contudo, desvendar tais tensões aparece, atualmente, como ponto necessário para a sobrevivência da humanidade. Tais atravessamentos, observados nas reações e motivações que afetam a mediação do processo comunicacional, nos levam a pensar na construção de outras formas de convivência entre as diferenças, na instauração de novos afetos, em particular, na própria tensão entre *ethos* e *pathos*, pois compreender “circuitos de afetos não é calar a razão, mas ampliá-la” (SAFATLE, 2017, p.136).

No cerne das questões sobre desinformação, há, portanto, informações falsas - que nem sempre são fatos inventados, mas apenas retirados de contexto, de forma intencional ou não -, e quando inseridos em um processo de automação comunicacional, intensificando propósitos eleitoreiros, mercadológicos, religiosos ou individuais e passionais, adquirem poder de desorientação social. Com este estudo, percebemos que a força motriz impulsionadora desse fenômeno nas redes de compartilhamento é sustentada por elementos não exclusivamente vinculados à razão, mas mobilizados por impulsos, crenças e sentimentos, com fins de influenciar a opinião pública, mesmo que para isso tenha que utilizar como estratégia discursiva a desqualificação das instituições. Algumas das utopias negativas aqui exploradas encontram-se no campo da ficcionalização da vida, pautadas na contradição argumentativa; proposição que contraria Vaihinger (2011) sobre “ficções úteis” - artifícios produtivos que nos auxiliam a lidar com a complexidade do mundo, desestabilizando dogmas e ampliando a imaginação. Ao contrário, aqui observamos sistematicamente reduções simplificadoras das experiências complexas do cotidiano.

## Conclusão

Neste ensaio, através de uma cartografia de controvérsias e seus vínculos constituintes, refletimos sobre as dinâmicas no avanço da desinformação. Um cenário que se ordena por meio da estrutura aparentemente aleatória do Big Data, mas que pressupõe movimentos, ora articulados em sentimentos contemporâneos, ora que suplantam a própria coerência estrutural e lógica, tanto nas narrativas escolhidas como nos comportamentos que prezam o bem-estar social. Parte não da estrutura informacional clássica, mas de forma evidente da persuasão passional e baseada em crenças pessoais, apartadas de uma ética de colaboração coletiva.

O formulário, com 450 respondentes que orientou as ideias deste estudo, indicou grau expressivo de ansiedade, desesperança e desconfiança somados a uma mistura contraditória entre incompreensão ou certeza absolutas, extremos perigosos em um momento em que o mínimo de estabilidade seria necessária como estratégia de preservação da vida.

Compreender que somos movidos por uma alternância de sentimentos - que reúnem realidade e ficção, razão e emoção e outros sentimentos paradoxais -, pode ser um ponto de partida, pois problemas surgem quando não nos damos conta disso, e passamos a considerar que nossos valores morais podem ser métricas para decisões éticas, isto é, aplicáveis em nossa relação com o outro.

A negação de alguns fatos tem como finalidade gerar demanda para outros. Isto porque quem detém os poderes político, econômico e de informação sempre se esforçam para “culpar os outros por suas falhas e desviar a atenção para ameaças externas - reais e imaginárias” (HARARI, 2018, p.32). O que nos restaria? Crer na “verdade” das certezas prontas que circulam como soluções fascinantes para nossas dúvidas? Ou duvidar de tudo?

Nestes tempos confusos, a própria mídia tem seu discurso colocado em xeque, junto à grande parte das instituições, e a subjetividade em tempos de pós-verdade passa a ser estruturada a partir desse universo de reações negativas, com moral provisória e atribuições de verdade dentro de suas próprias fantasias.

O que se viu emergir junto com a pandemia e o descrédito às instituições foi desesperança em oposição às falsas esperanças, opiniões descontextualizadas, fúrias intempestivas e emoções desfazerem compromissos éticos. Ingredientes oportunos para alimentar a rede abundante de desinformação e aumentar os sentimentos de pânico, desorganizando qualquer possibilidade de assentar soluções maduras e ordeiras.

## FICTIONALIZATION OF LIFE AND DISINFORMATION: ESSAY ON DISPUTED NARRATIVES FROM A CARTOGRAPHY OF CONTROVERSIES

### ABSTRACT

*The purpose of this essay is to reflect on the dynamics of the functioning of disinformation in the social networks of the internet as a trigger for euphoria, fears, dystopias and emotions capable of disrupting social relations and important political decisions for the common good. Starting from a multisituated fieldwork in which a questionnaire was applied that obtained more than 400 responses, and inspired by cartography, three controversies are chosen to observe the main links that make up the networks, considered here as the driving force of the disinformation cycle. The study points to not exclusively rational (or coherent) dynamics in maintaining information flows.*

**Keywords:** Disinformation. Fictionalization. Theory of Emotions. Narrative.

## Referências

- BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. in: BARTHES *et al.* **Análise estrutural da narrativa**. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CHATMAN, S. **Story and Discourse: Narrative Structure in Fiction and Film**. London: Cornell University Press, 1980.
- COSTA, C. **Ficção, comunicação e mídias**. São Paulo: SENAC, 2002.
- FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT. **Ética, sexualidade e política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ESPINOSA, B. **Breve Tratado de Deus, do homem e do seu bem-estar**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- HARARI, Y. **21 lições para o século 21**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- HINE, C. **Etnografía virtual**. Barcelona: Editorial UOC, 2004.
- LATOURETTE, B. **A Vida de Laboratório**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- LATOURETTE, B. **Ciência em Ação**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- LATOURETTE, B. **Reassembling the Social: an introduction to actor-network-theory**. New York: Oxford University Press, 2005.
- LOPES, P. #Verificamos: vídeo de homem sendo agredido pela PM de São Paulo foi publicado em dezembro. **Agência Lupa**. 14/04/2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2020/04/14/verificamos-pm-sao-paulo-coronavirus/>. Acesso em 25/07/2020.
- MARCUS, G. E. A estética contemporânea do trabalho de campo na arte e na antropologia: experiências em colaboração e intervenção. In: BARBOSA, A.; CUNHA, E. T.; HIKIJI, R. S. G. **Imagem-conhecimento: antropologia, cinema e outros diálogos**. Campinas: Papirus, 2009.
- MASSUMI, B. The Autonomy of Affect. **Cultural Critique**, n. 31, The Politics of Systems and Environments, part II. p.83-109. Autumn, 1995.
- SAFATLE, V. É racional parar de argumentar. in: DUNKER, C. **Ética e pós-verdade**. Porto Alegre: Dublinenses, 2017.
- SERRA, P. Na Colômbia, cidadão são presos pelos pés por desrespeito à quarentena. **Portal da Revista Época**. 08/04/2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/sociedade/na-colombia-cidadaos-sao-presos-pelos-pes-por-desrespeito-quarentena-24356824>. Acesso em 25/07/2020.
- VAIHINGER, Hans. **A filosofia do como se**. Chapecó: Argos, 2011.
- VENTURINI, T. **Diving in magma: How to explore controversies with actor-network theory**. in: Publications, Research Centre of SciencesPo, Médialab, 2010.
- Data de submissão: 29/12/2020
- Data de aceite: 13/02/2021